

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 1.237 - RR (2017/0335394-2)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
REQUERENTE : NIURA CARDOSO DE SOUZA
REQUERENTE : VERONA SAMPAIO ROCHA LIMA
ADVOGADO : BRUNO RODRIGUES - DF002042A
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

DECISÃO

Trata-se de Pedido de Tutela Provisória ajuizada por **NIURA CARDOSO DE SOUZA** e **VERONA SAMPAIO ROCHA LIMA**, ao propósito de obter efeito suspensivo ativo a recurso ordinário em *habeas corpus* interposto contra acórdão proferido pelo respectivo Tribunal de Justiça.

A liminar foi indeferida (e-STJ, fls. 104-105).

É o relatório.

Decido.

O Recurso em *habeas corpus*, n. 95.324/RR, do qual o presente pedido de tutela é incidental, foi julgado monocraticamente e com decisão publicada em 27/9/2018, dando provimento ao recurso para cassar a medida cautelar de recolhimento domiciliar noturno, nos dias de folga e finais de semana, mantidas as demais medidas cautelares impostas pelo Juízo de origem.

Assim, apresenta-se evidente a perda do objeto desta tutela, conforme a jurisprudência:

"PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. EFEITO SUSPENSIVO. JULGAMENTO DO RECURSO. PERDA DE OBJETO DA CAUTELAR.

1. Ajuizada ação cautelar com vistas à atribuição de efeito suspensivo a recurso desprovido de tal eficácia, o julgamento do recurso inviabiliza o processamento do pedido ali veiculado, ainda que se trate de decisão ainda não transitada em julgado.

2. Agravo regimental desprovido." (AgRg na MC 20.112/AM, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, DJe 26/6/2013.)

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XI, do Regimento Interno do STJ, **julgo prejudicado** este pedido de tutela.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator